

Estrada para a corrupção

PARANÁ Em troca de caixa 2 para a campanha, Beto Richa garantiu um contrato bilionário à Odebrecht

POR RENÉ RUSCHEL

A campanha ao Senado de Beto Richa, ex-governador do Paraná, não será tão fácil como o tucano imaginava. Pouco mais de 40 dias após deixar o Palácio Iguaçu e lançar sua candidatura, Richa foi atingido por duas novas e graves denúncias: a gravação de uma conversa comprometedora de seu ex-chefe de gabinete, Deonilson Roldo, com o empresário Pedro Rache e a delação premiada do dono da Construtora Valor, Eduardo Lopes de Souza, que denunciou o desvio de mais de 20 milhões de reais de obras públicas para sua campanha à reeleição.

Envolvido até a medula em denúncias de corrupção, investigado pelo Supremo Tribunal Federal, Richa agora se vê às voltas com o juiz Sergio Moro. Segundo o ex-executivo da Odebrecht Benedicto Junior, o tucano recebeu 2,5 milhões de reais de adiantamento, de um total de 4 milhões, para sua campanha à reeleição em 2014. Em troca, a empreiteira receberia o contrato de duplicação e posterior exploração de pedágio da Rodovia PR-323, que liga Maringá a Francisco Alves, no noroeste do estado, cujas obras foram orçadas em 7 bilhões de reais.

Richa nega as acusações, diz nunca ter autorizado qualquer subordinado a negociar em seu nome e afirma que as

contas da campanha foram aprovadas pela Justiça Eleitoral.

Não é o que aponta a interceptação de uma conversa entre Roldo e Rache, diretor da empreiteira Contern. No diálogo, às vésperas do Carnaval de 2014, o então chefe de gabinete de Richa tenta convencer o executivo a desistir de uma oferta pela rodovia em prol da Odebrecht. Rache resiste e justifica: o projeto estaria pronto, inclusive com “900 equipamentos próprios e 6 mil operários”.

Roldo insiste. O governo, diz, tinha “um compromisso” firmado. Sugere, como contrapartida, um contrato no valor de 500 milhões de reais com a Copel, a companhia de energia estadual, para a construção de usinas termelétricas. Propõe ainda que Rache procurasse



a Odebrecht para uma possível composição. O executivo não aceita a proposta e afirma ser preciso consultar “os sócios italianos”. Para tanto, teria de viajar à Itália, “porque nem por telefone eu posso falar isso”. Pede a extensão do prazo de abertura das licitações. “Já entendi, é um recado. Agora, eu preciso desse tempo. Sem esse tempo eu não tenho como.” Dois dias após a conversa, o governo anunciou o adiamento da abertura da licitação por 30 dias.



Em família.

Richa e o irmão Pepe também foram citados pelo empreiteiro Eduardo Souza, que pagou propina por contratos para a construção de escolas estaduais. O crime é alvo da Operação Quadro Negro



A Odebrecht prometeu 4 milhões de reais e venceu a licitação por esta rodovia

Concluído o prazo, a licitação ocorreu com a participação de uma única concorrente, a Odebrecht, que abocanhou o contrato. Richa só não esperava que, naquele março de 2014, a Operação Lava Jato tomasse corpo e a empreiteira se transformasse no maior alvo dos esquemas de corrupção e distribuição de propina. A Parceria Público-Privada (PPP) naufragou no mesmo mar de lama, assim como o contrato da Copel prometido à Contern.

Em nota oficial, Roldo afirma que “nunca cometeu qualquer irregularidade em 34 anos no exercício de funções públicas (...) e que é vítima de chantagem continuada a partir de uma gravação clandestina”. Na transição de governo, Roldo deixou a chefia do gabinete do palácio e assumiu uma diretoria na Copel. Durou pouco no cargo. A governadora em exercício Cida Borgheti o demitiu, após o vazamento do diálogo com o empreiteiro.

A situação só piorou. Na segunda-feira 14, menos de 72 horas após o vazamento do áudio, Eduardo Lopes voltou a envolver

Richa em um escândalo. Em sua delação premiada, o construtor reiterou ter sido procurado em 2015 pelo então diretor da Fundepar, Maurício Fanini. Amigo e companheiro de Richa em viagens, preso desde setembro de 2017 em decorrência da Operação Quadro Negro, Fanini exigiu o pagamento de uma mesada de 100 mil reais destinados a um fundo para financiar as campanhas de Richa ao Senado, de seu irmão Pepe a deputado federal e do filho Marcello a deputado estadual. “Mas já, cara?”, perguntou Lopes. “É, 100 mil reais por mês. Vai ser ele senador, o Pepe e o Marcello”, teria respondido Fanini.

O então chefe de gabinete do tucano pressionou concorrentes a abandonar a licitação da PR-323

O empresário citou ainda o deputado federal Valdir Rossoni, ex-chefe da Casa Civil, os deputados estaduais Plauto Miró, Tiago Amaral e Ademar Traiano, atual presidente da Assembleia Legislativa, e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Durval Amaral, pai do parlamentar Tiago. Em relação a Traiano, à época líder de Richa na Assembleia, Lopes revela o pagamento de uma propina de 400 mil reais, valor definido durante uma reunião na casa de Richa.

Moro, em despacho, determinou a abertura de inquérito para apurar as responsabilidades no caso da gravação do áudio, onde há evidências da montagem de um esquema de favorecimento à Odebrecht. Deu prazo de 30 dias para o Ministério Público Federal e a Polícia Federal aprofundarem as investigações. A defesa de Richa ingressou com um recurso no STJ, no qual pede a transferência do inquérito para o Tribunal Eleitoral.

Segundo os advogados de Richa, o caso deve ser revisto nos “moldes de decisão de casos similares”. Entenda-se como “casos similares” o processo contra o também tucano Geraldo Alckmin, que deixou o governo de São Paulo para concorrer à Presidência. Citado em outra delação da Odebrecht, Alckmin conseguiu transferir a denúncia para a Justiça Eleitoral por determinação da ministra Nancy Andrighi, do STJ.

Os processos tramitam em segredo de Justiça. Richa afirma não ter conhecimento sobre os atos de seu ex-chefe de gabinete e repudia as denúncias de Lopes. “São falsas as informações prestadas por um criminoso confesso que não tem fundamento ou provas.”

Se Richa tiver a mesma sorte de outros tucanos, os processos andarão em uma velocidade peculiar na Justiça, o que lhe dará tempo para disputar a eleição e obter o foro privilegiado. •

